



Projeto Pedagógico de Curso
Pós-Graduação EAD Lato Sensu
Direito civil contemporâneo

Sumário

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento.....	3
2. Características Técnicas do Curso	3
3. Público Alvo	3
4. Critérios de Seleção	3
5. Justificativa do curso	4
6. Objetivos do curso.....	4
7. Competências e habilidades do curso.....	4
8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem	4
9. Estágio não obrigatório.....	Erro! Indicador não definido.
10. Matriz curricular.....	Erro! Indicador não definido.
11. Carga horária	8
12. Conteúdo programático	8
13. Infraestrutura física e pedagógica.....	20

1. Nome do Curso e Área do Conhecimento

Nome do Curso: Direito civil contemporâneo

Grande área (CAPES): Ciências Sociais Aplicadas (60000007)

Área de Avaliação (CAPES): Direito

Área do Conhecimento (CAPES): Direito Civil (60103000)

Classificação OCDE: Negócios, administração e direito

2. Características Técnicas do Curso

Modalidade: Educação a Distância

Número Máximo de Vagas por Polo/Unidade: 1000

Período de Oferecimento: O curso possui entrada intermitente, respeitadas as datas de início e de fim cadastradas na oferta, bem como observado o período indicado para a sua integralização.

Limitações legais

Resolução CNE/CES Nº 1, de 06 de abril de 2018, que estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O candidato deverá ser graduado com diploma devidamente registrado segundo as normas estabelecidas pelo MEC.

3. Público Alvo

O curso destina-se a profissionais graduados em Direito, Advogados, Defensores Públicos, Promotores e Juízes. Servidores Públicos Municipais, Estaduais e Federais, bem como profissionais com ensino superior completo que atuem com os institutos afetos ao Direito Privado.

4. Critérios de Seleção

O ingresso na pós-graduação será realizado por meio de processo seletivo descrito em Edital (inscrição, seleção e matrícula).

5. Justificativa do curso

A proposta científica é analisar os principais institutos do Direito Civil brasileiro, aprofundando as suas questões polêmicas, a fim de permitir o conhecimento crítico da matéria, na perspectiva da principiologia inaugurada pela Constituição Federal de 1988.

6. Objetivos do curso

Compreender, em perspectiva crítica, as relações civis, em face do ordenamento jurídico brasileiro inaugurado a partir da Constituição Federal de 1988. Revisar a legislação civil brasileira, com destaque para os institutos jurídicos inseridos pelo Código Civil de 2002.

7. Competências e habilidades do curso

Competências:

Conhecer as principais teorias explicativas e correntes doutrinárias no Direito Civil brasileiro e estrangeiro, referentes aos institutos analisados. Atualizar a compreensão da jurisprudência nacional sobre as grandes questões do Direito Civil brasileiro.

Habilidades:

- Capacidade de entender, prevenir e mediar conflitos
- utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- Percepção e leitura da realidade que circunda o jurista

8. Metodologia de Ensino e Aprendizagem

O desenvolvimento das disciplinas do curso se dará no ambiente virtual, onde o aluno cumprirá 40 horas por disciplina.

Estas 40 horas são compostas pelo estudo dos diversos insumos pedagógicos disponibilizados, como:

- ✓ materiais de leitura;
- ✓ videoaulas;

- ✓ slides;
- ✓ podcasts;
- ✓ indicações de leituras extras como artigos e capítulos de livros.

Como parte do modelo acadêmico, também contabilizamos:

- ✓ a interação com os tutores para esclarecimentos de dúvidas pedagógicas (via Fórum);
- ✓ a realização da avaliação disciplinar pelo aluno.

Vale ressaltar que cada aluno é único e tem seu próprio tempo para aprendizagem. Alguns conseguem assimilar o conteúdo com mais agilidade, outros precisam retomar as leituras e videoaulas para tornar sua aprendizagem efetiva.

O tempo gasto pelo aluno para o entendimento de cada disciplina depende também da sua familiaridade com o tema, ou seja, o conhecimento prévio que o aluno tem em relação a temática abordada.

No ambiente virtual, o aluno encontrará o conteúdo das disciplinas, organizados em temas/webaulas.

Para cada um deles, o aluno realizará um conjunto de atividades baseadas em leitura de textos de fundamentação teórica e acesso a recursos audiovisuais.

Um tutor apoiará as atividades realizadas no ambiente virtual, atendendo o aluno nas suas dúvidas por meio de ferramentas de comunicação.

O aluno, ao iniciar os seus estudos, terá um encontro presencial para acolhida/ambientação; esse encontro terá como objetivos:

- ✓ Integrar o aluno ao curso de Pós-Graduação.
- ✓ Dialogar e esclarecer as dúvidas sobre a proposta pedagógica do curso e as regras acadêmicas.
- ✓ Apresentar ao aluno o Ambiente Virtual de Aprendizagem (o primeiro acesso; o envio de documentos; os serviços de secretaria e financeiro; a disciplina Ambientação; a tutoria online; o boletim acadêmico; as disciplinas e seus conteúdos; a biblioteca virtual; entre outros).
- ✓ Proporcionar um momento de Network aos pós-graduandos.

Avaliação do Desempenho do Aluno

O aluno deverá realizar as atividades propostas no ambiente virtual. A realização das atividades irá compor sua frequência no curso, que será considerada para a sua aprovação.

A atividade avaliativa que o aluno realizará para compor a sua média é a Avaliação Virtual (AV); essa atividade é obrigatória e estará disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA, conforme cronograma de seu curso.

Para a aprovação em cada uma das disciplinas, o aluno deverá obter frequência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) e nota igual ou superior a 7,0 (sete).

As notas devem ser expressas no intervalo de 0 (zero) a 10 (dez).

O aluno que obtiver média inferior a 7,0 (sete) nas disciplinas terá direito ao Programa de Dependência e Recuperação – PDR, mediante a solicitação de requerimento e respeitando o período de jubramento do curso.

O PDR será realizado no ambiente virtual de aprendizagem, sendo que o aluno terá acesso ao conteúdo da disciplina e realizará uma Avaliação Virtual - AV, e a nota obtida substituirá a média do aluno.

Para a obtenção do **Certificado** de Pós-graduação *Lato Sensu* – especialização, o aluno deverá cumprir todas as condições seguintes:

- ✓ Frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em todas as disciplinas;
- ✓ Nota igual ou superior a 7,0 (sete) em todas as disciplinas.

Certificação

O Certificado de conclusão de curso de Especialização será acompanhado por histórico escolar, em cumprimento às exigências da Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Composição do Corpo Docente

O corpo docente do curso é constituído por profissionais qualificados, com comprovado saber em sua área de atuação, conforme Resolução CNE/CES nº1, de 06 de abril de 2018, sendo integrado, no mínimo, por 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, isto é, portadores de títulos de Mestrado e Doutorado, obtidos em programas

de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público em território nacional, ou revalidados, conforme legislação vigente. Os demais docentes são certificados em nível de especialização, pós-graduação *lato sensu*, de reconhecida capacidade técnico-profissional.

9. Estágio não obrigatório

O estágio curricular não obrigatório tem como finalidade estimular o aluno a desenvolver atividades extracurriculares, para que possa inter-relacionar os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos durante o curso e aplicá-los na solução de problemas reais da profissão, proporcionando o desenvolvimento da análise crítica e reflexiva para os problemas socioeconômicos do país, de acordo com a Resolução de Estágio curricular não obrigatório vigente na Instituição.

Os principais objetivos da prática do estágio curricular não obrigatório são:

I. proporcionar o exercício do aprendizado compromissado com a realidade socioeconômica-política do país;

II. propiciar a realização de experiências de ensino e aprendizagem visando à educação profissional continuada, alicerçada no desenvolvimento de competências e habilidades e ao exercício do pensamento reflexivo e criativo; e

III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura.

A carga horária é definida pela concedente de estágio, não podendo ultrapassar a carga horária máxima de 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, as quais podem ser realizadas em empresas públicas ou privadas, instituição de pesquisa, órgãos governamentais e não governamentais, e as próprias unidades da Universidade, desde que sigam às condições adequadas para que o estagiário possa aprofundar os seus conhecimentos teóricos e práticos adquiridos no curso.

Para o Curso de Pós-Graduação EAD, a prática do estágio curricular não obrigatório é permitida durante a vigência do curso, não podendo exceder em um mesmo campo de estágio o período de 2 (dois) anos.

Os estágios curriculares não obrigatórios devem estar apoiados em Termo de Compromisso e de comum acordo com a Instituição, devendo explicitar não somente os aspectos legais específicos, como também os aspectos educacionais e de compromisso com a realidade social.

O Planejamento do Estágio Curricular Não Obrigatório é de responsabilidade do coordenador de curso/professor orientador e também do Departamento de Estágios.

10. Matriz curricular

DISCIPLINAS	CH PRÁTICA	CH TEÓRICA	CH TOTAL
Ambientação	0h	0h	0h

Introdução ao direito civil e teoria geral do direito civil - a personalidade jurídica e as pessoas (parte 01)	0h	40h	40h
Teoria geral do direito civil - a personalidade jurídica e as pessoas (parte 02)	0h	40h	40h
Teoria geral do direito civil - a dinâmica das relações negociais	0h	40h	40h
Relações obrigacionais - a evolução dos seus paradigmas	0h	40h	40h
Responsabilidade civil - a funcionalização do dever de indenizar	0h	40h	40h
Teoria do contrato - perspectivas atuais	0h	40h	40h
Direitos reais - a reconstrução moderna das suas bases	0h	40h	40h
Direito de família - as famílias contemporâneas	0h	40h	40h
Direitos das sucessões - perspectivas atuais	0h	40h	40h
Hermenêutica jurídica	0h	40h	40h

11. Carga Horária

A carga horária de 400h constitui o conteúdo ministrado em 10 (dez) disciplinas

12. Conteúdo programático

Disciplina: Ambientação

Ementa: Ensino a distância: características desta modalidade de estudo. A tecnologia e o ensino à distância. Legislação do Ensino a Distância no Brasil. Aspectos relacionados ao perfil no Ensino a Distância.

Competências e Habilidades:

- Compreender a modalidade de ensino a distância.
- Identificar uma relação entre tecnologia e educação no contexto do EAD;
- Discutir elementos da legislação do ensino a distância no Brasil;

- Refletir sobre o perfil do aluno em ensino a distância.

Conteúdo Programático 1: Introdução ao Ensino a Distância.

Conteúdo Programático 2: Tecnologia e educação.

Conteúdo Programático 3: Legislação do Ensino a Distância no Brasil.

Conteúdo Programático 4: Perfil do aluno no Ensino a Distância.

Bibliografia básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei n. 9.394/96**. Brasília, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP n. 7, de 18 de dezembro de 2018**. Brasília, 2018. Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 6 dez. 2022.

GIL, H. A passagem da Web 1.0 para a Web 2.0 e... Web 3.0: potenciais consequências para uma 'humanização' em contexto educativo. 2014. **Boletim informativo Cybercentro Castelo Branco**. Castelo Branco, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ipcb.pt/bitstream/10400.11/2404/1/A%20passagem%20da%20Web%20Henrique.pdf>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MEYER, A. I. da S. (2022). Conceituando a Educação a Distância. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 1, p. 590-601, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/3835>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VAZ, M. L. de L.; RIBEIRO, F.; COSTA, L. A. da. Os desafios da educação a distância on-line e a remotividade na nova engenharia educacional. **Brazilian Journal of Science**, v. 1, n. 4, p. 79-86. Goiás, 2022. Disponível em:

<https://www.brazilianjournalofscience.com.br/revista/article/view/79>. Acesso em: 6 dez. 2022.

VIEIRA, D. M. L.; COSTA, L. A.; VAZ, M. L. L. Um novo olhar para a educação a distância. In: MACHADO, G. E.; COSTA, S. C.; SILVA, K. R. P. **Debates contemporâneos: perspectivas e reflexões atuais**. Santa Maria: Arco, 2021.

Bibliografia Complementar:

BAPTISTA, M. M. Internet: auxílio à educação. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 16, p. 37- 44, [s. l.], 2004.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/23717>. Acesso em: 6 dez. 2022.

MOORE, M.; KEARSLEY, G. **Educação a distância: uma visão integrada**. São Paulo: Thomson Learning, 2007.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. 21. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PIVA, D. J.; PUPO, R.; GAMEZ, L. et al. **EAD na prática: planejamento, métodos e ambientes de educação on-line**. São Paulo: Elsevier, 2011.

Disciplina: Introdução ao direito civil e teoria geral do direito civil – a personalidade jurídica e as pessoas (parte 01)

Ementa: O Direito Civil em perspectiva histórica. A constitucionalização do Direito Civil: da autonomia privada à autonomia solidária e a evolução dos seus standards e paradigmas. A “personalização” do Direito Civil e as novas relações patrimoniais privadas. O patrimônio mínimo em nova perspectiva. Problemas de fundo atinentes ao Bem de Família. A tutela jurídica do nascituro: as modernas implicações práticas de uma vetusta e intrincada questão jurídica. A pessoa natural e os direitos da personalidade. Perspectivas contemporâneas para a tutela da pessoa, dos embriões e das novas formas biotecnológicas.

Conteúdo Programático 1: A constitucionalização do Direito Civil: da autonomia privada à autonomia solidária e a evolução dos seus standards e paradigmas

Conteúdo Programático 2: A “personalização” do Direito Civil e as novas relações patrimoniais privadas. O patrimônio mínimo em nova perspectiva. Problemas de fundo atinentes ao Bem de Família

Conteúdo Programático 3: A tutela jurídica do nascituro: as modernas implicações práticas de uma vetusta e intrincada questão jurídica

Conteúdo Programático 4: A pessoa natural e os direitos da personalidade. Perspectivas contemporâneas para a tutela da pessoa, dos embriões e das novas formas biotecnológicas.

Bibliografia Básica:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral. Vol 1. São Paulo: Saraiva.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Vol 1. São Paulo: Gen/Forense.

CASSETHARI, Christiano. Elementos de Direito Civil. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

EHRARDT Jr., Marcos. Direito Civil - V.1 - LINDB e Parte Geral. 2a ed.: Salvador, Juspodivm.

Demais referências:

FACHIN, Luiz Edson. Teoria Crítica do Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar.

_____. Estatuto Jurídico do Patrimônio Mínimo. Rio de Janeiro: Renovar GOMES, Orlando. Introdução ao Direito Civil. Rio de Janeiro: Forense.

MARTINS-COSTA, Judith. BRANCO, Gerson Luiz Carlos. Diretrizes Teóricas do Novo Código Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva.

MEIRELLES, Jussara Maria Leal de. A Vida Humana Embrionária e sua Proteção Jurídica. Rio de Janeiro: Renovar.

NERY, Rosa Maria Andrade. Noções Preliminares de Direito Civil. São Paulo: RT.

NUNES, Luiz Antônio Rizzato. O princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. São Paulo: Saraiva.

PERLINGIERI, Pietro. Perfis do Direito Civil: Introdução ao Direito Civil Constitucional. Rio de Janeiro: Renovar.

Disciplina: Teoria geral do direito civil – a personalidade jurídica e as pessoas (parte 02)

Ementa: Os direitos da personalidade em perspectiva jurisprudencial. “Cases” polêmico e atual panorama do sistema brasileiro. A pessoa jurídica em transformação e a desconsideração da sua personalidade jurídica. Aspectos críticos. Tendências contemporâneas e implicações práticas. A

“Eireli” e a parte geral Código Civil: um necessário diálogo com o Direito Empresarial. Visão interdisciplinar do instituto da capacidade: sincronismos e antagonismos em face do Direito Processual Civil.

Conteúdo Programático 1: Os direitos da personalidade em perspectiva jurisprudencial. “Cases” polêmico e atual panorama do sistema brasileiro.

Conteúdo Programático 2: A pessoa jurídica em transformação e a desconsideração da sua personalidade jurídica. Aspectos críticos

Conteúdo Programático 3: Tendências contemporâneas e implicações práticas. A “Eireli” e a parte geral Código Civil: um necessário diálogo com o Direito Empresarial

Conteúdo Programático 4: Visão interdisciplinar do instituto da capacidade: sincronismos e antagonismos em face do Direito Processual Civil.

Bibliografia Básica:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral. Vol 1. São Paulo: Saraiva.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: Parte Geral e LINDB. Vol 1. Salvador: JusPodium.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Vol 1. São Paulo: Gen/Forense.

SCHREIBER, Anderson. Direitos da Personalidade. São Paulo: Atlas, 2011.

Demais referências:

CUPIS, Adriano de. Os Direitos da Personalidade. Campinas: Romana.

BASTOS, Eduardo Lessa. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

FREITAS, Elizabeth Cristina Campos Martins de. Desconsideração da Personalidade Jurídica. São Paulo: Atlas.

MADALENO, Rolf. A disregard e a sua efetivação no juízo de família. Porto Alegre: Livraria do Advogado.

MORAES, Maria Celina. Danos à Pessoa Humana: uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar.

PERLINGIERI, Pietro. Perfis do Direito Civil: Introdução ao Direito Civil Constitucional. Rio de Janeiro: Renovar.

TEPEDINO, Gustavo (coord). Temas de Direito Civil. Rio de Janeiro: Renovar.

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. Direitos da Personalidade. São Paulo: Saraiva.

Disciplina: Teoria geral do direito civil - a dinâmica das relações negociais

Ementa: O negócio jurídico na tríplice perspectiva dos planos de existência, validade e eficácia: a contribuição “Pontiana” e a percepção doutrinária e jurisprudencial atual. Os defeitos do negócio jurídico na perspectiva dos princípios da função social e da boa-fé objetiva. Prescrição e decadência. Verdades, mitos e tendências contemporâneas. Teoria da “actio nata”: nova roupagem jurídica para uma ideia clássica. Implicações interdisciplinares da prescrição e decadência. Questões processuais complexas e o enfrentamento da “prescrição intercorrente”.

Conteúdo Programático 1: O negócio jurídico na tríplice perspectiva dos planos de existência, validade e eficácia: a contribuição “Pontiana” e a percepção doutrinária e jurisprudencial atual

Conteúdo Programático 2: Os defeitos do negócio jurídico na perspectiva dos princípios da função social e da boa-fé objetiva

Conteúdo Programático 3: Prescrição e decadência. Verdades, mitos e tendências contemporâneas.

Conteúdo Programático 4: Teoria da “actio nata”: nova roupagem jurídica para uma ideia clássica. Implicações interdisciplinares da prescrição e decadência. Questões processuais complexas e o enfrentamento da “prescrição intercorrente”.

Bibliografia Básica:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Parte Geral. Vol 1. São Paulo: Saraiva.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva.

MELO, Marcos Bernardes de. Teoria do Fato Jurídico: Plano da existência. São Paulo: Saraiva.

_____. Teoria do Fato Jurídico: Plano da validade. São Paulo: Saraiva.

_____. Teoria do Fato Jurídico: Plano da eficácia. 1ª parte. São Paulo: Saraiva.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Vol 1. São Paulo: Gen/Forense.

VELOSO, Zeno. Invalidade do negócio jurídico: nulidade e anulabilidade. Belo Horizonte: Del Rey.

Demais referências:

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. Da lesão no direito brasileiro atual. Rio de Janeiro: Renovar.

CAHALI, Yussef Said. Fraude contra credores. São Paulo: RT.

DANTAS JÚNIOR, Aldemiro Rezende. Teoria dos Atos Próprios no princípio da boa-fé. Curitiba: Juruá.

MARTINS-COSTA, Judith. A boa-fé no direito privado. São Paulo: RT.

TEPEDINO, Gustavo (coord). A parte geral do novo Código Civil: Estudos na perspectiva civil-constitucional. Rio de Janeiro: Renovar.

Disciplina: Relações obrigacionais – a evolução dos seus paradigmas

Ementa: Evolução do conceito de obrigação: do pacta sunt servanda à função social do contrato. A socialidade nas relações obrigacionais e a superação da perspectiva individualista. A crise de cooperação no Direito Obrigacional. O “duty to mitigate” e a teoria do adimplemento substancial (“substantial performance”): tendências contemporâneas. Perspectivas atuais em torno da mora. A problemática das “ações revisionais”: ativismo judicial x acesso à justiça. Tendências atuais em torno da cláusula penal. Limites e funções do instituto na perspectiva do Novo Direito Civil.

Conteúdo Programático 1: Evolução do conceito de obrigação: do pacta sunt servanda à função social do contrato. A socialidade nas relações obrigacionais e a superação da perspectiva individualista.

Conteúdo Programático 2: A crise de cooperação no Direito Obrigacional. O “duty to mitigate” e a teoria do adimplemento substancial (“substantial performance”): tendências contemporâneas.

Conteúdo Programático 3: O “duty to mitigate” e a teoria do adimplemento substancial (“substantial performance”): tendências contemporâneas.

Conteúdo Programático 4: Perspectivas atuais em torno da mora. A problemática das “ações revisionais”: ativismo judicial x acesso à justiça. Tendências atuais em torno da cláusula penal. Limites e funções do instituto na perspectiva do Novo Direito Civil.

Bibliografia Básica:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Obrigações. Vol 2. São Paulo: Saraiva.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva.

LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito das Obrigações. São Paulo: Saraiva.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Vol 2. São Paulo: Gen/Forense.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações e dos Contratos. São Paulo: Atlas.

Demais referências:

ALVIM, Agostinho. Da inexecução das obrigações e suas consequências. São Paulo: Saraiva.

AZEVEDO, Alvaro Vilaça. Teoria Geral das Obrigações. São Paulo: Revista dos Tribunais.

CASSETHARI, Christiano. Multa Contratual: Teoria e Prática da Cláusula Penal. 3ª ed. Ed. RT, 2012.

GUERRA, Marcelo Lima. Direitos fundamentais e a proteção ao credor na execução civil. São Paulo: Revista dos Tribunais.

FABIAN, Cristoph. O dever de informar no direito civil. São Paulo: Revista dos Tribunais.

RIPERT, Georges. A regra Moral nas Obrigações Civis. Campinas: Bookseller.

ROSENVALD, Nelson. Dignidade Humana e boa-fé no Código Civil. São Paulo: Saraiva.

VARELA, João de Matos. Das Obrigações em Geral. Coimbra: Almedina.

Disciplina: Responsabilidade civil – a funcionalização do dever de indenizar

Ementa: Novos paradigmas da Responsabilidade Civil e Responsabilidade Pressuposta. A dicotomia dano moral e dano patrimonial na atualidade. Novos danos. Perda da chance, abandono afetivo e outros. Contribuição jurisprudencial à responsabilidade civil: a posição do STJ e do STF sobre o dever de indenizar. Função Social da Responsabilidade Civil. Teoria do desestímulo e a recepção “brasileira” dos “punitive damages”. Aspectos Processuais da Responsabilidade Civil: “Atuação” e “Ativismo” Judiciais.

Conteúdo Programático 1: Novos paradigmas da Responsabilidade Civil e Responsabilidade Pressuposta. A dicotomia dano moral e dano patrimonial na atualidade. Novos danos. Perda da chance, abandono afetivo e outros.

Conteúdo Programático 2: Contribuição jurisprudencial à responsabilidade civil: a posição do STJ e do STF sobre o dever de indenizar.

Conteúdo Programático 3: Função Social da Responsabilidade Civil. Teoria do desestímulo e a recepção “brasileira” dos “punitive damages”.

Conteúdo Programático 4: Aspectos Processuais da Responsabilidade Civil: “Atuação” e “Ativismo” Judiciais.

Bibliografia Básica:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Responsabilidade Civil. Vol 3. São Paulo: Saraiva.

CAVALIERI FILHO, Sérgio. Programa de Responsabilidade Civil. São Paulo: Malheiros

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade Civil. Vol. 4. São Paulo: Saraiva.

LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito das Obrigações. São Paulo: Saraiva.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Vol 2. São Paulo: Gen/Forense.

RESEDÁ, Salomão. A função Social do Dano Moral. Florianópolis: Conceito.

Schreiber, Anderson. Novos Paradigmas da Responsabilidade Civil, Atlas.

Demais referências:

CAHALI, Yussef Said. Responsabilidade Civil do Estado. São Paulo: RT

DIAS, José Aguiar. Da Responsabilidade Civil. Rio de Janeiro: Forense.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: Responsabilidade civil. Vol. 7. São Paulo: Saraiva.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Responsabilidade Civil. São Paulo: Saraiva.

SILVA, Wilson Melo da. O dano Moral e sua Reparação. Rio de Janeiro: Forense.

STOCO, Rui. Tratado de Responsabilidade Civil. São Paulo: Revista dos Tribunais.

HIRONAKA, Giselda. Responsabilidade Pressuposta. Belo Horizonte: Del Rey.

LOURENÇO, Paula Meira. A Função Punitiva da Responsabilidade Civil. Portugal: Coimbra Editora.

Disciplina: Teoria do contrato – perspectivas atuais

Ementa: Teoria Crítica do Contrato. Novos standards e a superação de paradigmas, na perspectiva dos elementos de contenção da autonomia privada. Superando mitos: Evicção e Vícios Redibitórios. Aspectos materiais e processuais. Formação dos contratos no mundo eletrônico: a nova dinâmica da proposta, da aceitação e das tratativas. Responsabilidade civil pré e pós-contratual. Contratos e relações existenciais. Contrato de namoro, de união estável e de cessão de imagem.

Conteúdo Programático 1: Teoria Crítica do Contrato. Novos standards e a superação de paradigmas, na perspectiva dos elementos de contenção da autonomia privada.

Conteúdo Programático 2: Superando mitos: Evicção e Vícios Redibitórios. Aspectos materiais e processuais.

Conteúdo Programático 3: Formação dos contratos no mundo eletrônico: a nova dinâmica da proposta, da aceitação e das tratativas.

Conteúdo Programático 4: Responsabilidade civil pré e pós-contratual. Contratos e relações existenciais. Contrato de namoro, de união estável e de cessão de imagem.

Bibliografia Básica:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Curso de Direito Civil: Contratos. Vol 4. São Paulo: Saraiva.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Contratos. Vol 3. São Paulo: Saraiva.

MARQUES, Cláudia Lima. Contratos no Código de Defesa do Consumidor. São Paulo: Revista dos Tribunais,

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Vol 3. São Paulo: Gen/Forense.

Demais referências:

ASSIS, Araken de. Resolução do contrato por inadimplemento. São Paulo: Revista dos Tribunais.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. Teoria Geral dos Contratos Típicos e Atípicos. São Paulo. Revista dos Tribunais.

BETTI, Emílio. Teoria Geral das Obrigações. Campinas: Bookseller.

EHRHARDT, JR, Marcos. Revisão Contratual. Salvador: Juspodium.

GAGLIANO, Pablo Stolze. O contrato de Doação. São Paulo: Saraiva.

Disciplina: Direitos reais – a reconstrução moderna das suas bases

Ementa: A posse e a sua função social. A problematização do tema no CC (desapropriação judicial indireta) e no Estatuto da Cidade. Usucapião conjugal. A propriedade em visão constitucional. Novos quadrantes. O condomínio em perspectiva da função social da propriedade. A propriedade comum e a propriedade individual em harmonia. Visão interdisciplinar da usucapião: aspectos processuais relevantes para o Direito Civil.

Conteúdo Programático 1: A posse e a sua função social. A problematização do tema no CC (desapropriação judicial indireta) e no Estatuto da Cidade.

Conteúdo Programático 2: Usucapião conjugal. A propriedade em visão constitucional. Novos quadrantes.

Conteúdo Programático 3: O condomínio em perspectiva da função social da propriedade. A propriedade comum e a propriedade individual em harmonia

Conteúdo Programático 4: Visão interdisciplinar da usucapião: aspectos processuais relevantes para o Direito Civil.

Bibliografia Básica:

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de Direito Civil: reais. Vol 5. Salvador: JusPodium.

DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro: direito das coisas. São Paulo: Saraiva.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Reais. Vol 5. São Paulo: Saraiva.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil. Vol 3. São Paulo: Gen/Forense.

VENOSA, Silvio de Salvo. Direito Civil: Direitos Reais. São Paulo: Atlas.

Demais referências:

ARONNE, Ricardo. Propriedade e Domínio. Rio de Janeiro: Renovar

CHALHUB, Melhim Namen. Propriedade Imobiliária. Rio de Janeiro. Renovar

GAMA, Guilherme Calmon Nogueira da. Função Social no direito Civil. São Paulo: Atlas

GOMES, Orlando. Direitos Reais. Rio de Janeiro: Forense.

LOUREIRO, Francisco Eduardo. A propriedade como Relação Jurídica Complexa. Rio de Janeiro: Renovar.

Disciplina: Direito de família - as famílias contemporâneas

Ementa: A reconstrução do Direito de Família na perspectiva da dignidade da pessoa humana. As novas diretrizes do casamento. Casamento homoafetivo: implicações práticas. Uniões paralelas ao casamento: tratamento jurídico da (o) amante. Relações patrimoniais de família: controvérsias em torno dos regimes de bens. Tendências doutrinárias e jurisprudenciais. Visão interdisciplinar: o processo civil aplicado ao Direito de Família.

Conteúdo Programático 1: A reconstrução do Direito de Família na perspectiva da dignidade da pessoa humana.

Conteúdo Programático 2: As novas diretrizes do casamento. Casamento homoafetivo: implicações práticas. Uniões paralelas ao casamento: tratamento jurídico da (o) amante.

Conteúdo Programático 3: Relações patrimoniais de família: controvérsias em torno dos regimes de bens. Tendências doutrinárias e jurisprudenciais.

Conteúdo Programático 4: Visão interdisciplinar: o processo civil aplicado ao Direito de Família.

Bibliografia Básica:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Direito Civil: Direito de Família – As Famílias em Perspectiva Constitucional. Vol. 6 São Paulo: Saraiva.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. São Paulo: Revista dos Tribunais.

LOBO, Paulo Luiz Netto. Direito Civil: Famílias. São Paulo: Saraiva.

MADALENO, Rolf. Curso de Direito de Família. Rio de Janeiro: Forense.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Direito de Família. São Paulo: Gen/Forense.

Demais referências:

ALVES, Leonardo Barreto Moreira. Direito de Família Mínimo: a possibilidade de aplicação e o campo de incidência da autonomia privada no Direito de Família. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

_____. O fim da culpa na separação judicial. Belo Horizonte: Del Rey.

BARBOSA, Camilo de Lelis Colani. Casamento. Rio de Janeiro: Forense.

CASSETARI, Christiano. Separação, divórcio e Inventário por Escritura Pública: Teoria e Prática. São Paulo: Método

DIAS, Maria Berenice: Homoafetividade: o que diz a justiça! Porto Alegre: Livraria do Advogado.

FACHIN, Luiz Edson. Elementos Críticos de Direito de Família. Rio de Janeiro: Renovar.

GAGLIANO, Pablo Stolze e PAMPLONA FILHO, Rodolfo. O Novo Divórcio. São Paulo: Saraiva.

GRISARD FILHO, Waldyr. Famílias reconstituídas: novas uniões depois da separação. São Paulo: RT.

LEITE, Eduardo de Oliveira. Famílias Monoparentais. São Paulo: RT

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Princípios fundamentais norteadores do Direito de Família. Belo Horizonte, Del Rey.

WELTER, Belmiro Pedro. Igualdade entre as filiações biológicas e socioafetivas. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Disciplina: Direitos das sucessões – perspectivas atuais

Ementa: O Direito Sucessório brasileiro na passagem para o século XXI: avanços e incongruências do Código Civil brasileiro. A sucessão do cônjuge e do companheiro em perspectiva constitucional. Exclusão sucessória por indignidade e por deserdação: aspectos polêmicos e percepções de doutrina. Diálogo entre o direito material e o direito processual: aspectos controvertidos dos procedimentos sucessórios.

Conteúdo Programático 1: O Direito Sucessório brasileiro na passagem para o século XXI: avanços e incongruências do Código Civil brasileiro.

Conteúdo Programático 2: A sucessão do cônjuge e do companheiro em perspectiva constitucional.

Conteúdo Programático 3: Exclusão sucessória por indignidade e por deserdação: aspectos polêmicos e percepções de doutrina.

Conteúdo Programático 4: Diálogo entre o direito material e o direito processual: aspectos controvertidos dos procedimentos sucessórios.

Bibliografia Básica:

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. Novo Direito Civil: Direitos das Sucessões. Vol. 7. São Paulo: Saraiva.

TARTUCE, Flávio. Direito Civil: Direito de Sucessões. São Paulo: Gen/Forense.

CAHALI, Francisco José; HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Direito das Sucessões. São Paulo: Revista dos Tribunais,

DIAS, Maria Berenice. Manual das Sucessões. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Demais referências:

GOMES, Orlando. Sucessões. Rio de Janeiro: Forense.

GONÇALVES, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: Direito de Sucessões. Vol 7. São Paulo: Saraiva.

VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Direito das sucessões. Vol. 7 São Paulo: Atlas. 2006

Disciplina: Hermenêutica jurídica

Ementa: Aplicação, Interpretação e Integração do Direito. Hermenêutica Constitucional. Hermenêutica filosófica: origem, Escolas e conceito de Hermenêutica.

Competências e Habilidades:

- Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicos com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito;
- Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.

Conteúdo Programático 1: Aplicação, Interpretação e Integração do Direito. Teorias da Interpretação. Metodologia na Interpretação do Direito. Espécies de interpretação do Direito: interpretação sociologista; culturalista; raciovitalista; tópico-retórica; neocontratualista; funcionalista; substancialista; discursivo-procedimental; neoconstitucionalista; pela teoria crítica do Direito; pública autêntica; judicial; administrativa; privada ou doutrinal; lógica; valorativa; declarativa; extensiva; restritiva; literal; histórica; sistemática; sociológica e teleológica. Interpretação do Direito e a principiologia jurídica. Interpretação do Direito: restrição; extensão; analogia. Interpretação do Direito e a Jurisprudência. Integração do Direito e as lacunas jurídicas. Antinomias do ordenamento jurídico. Cláusulas gerais e conceitos jurídicos indeterminados.

Conteúdo Programático 2: Hermenêutica Constitucional. Backlash e a Hermenêutica Jurídica. Casos difíceis (hard cases). Derrotabilidade das regras (defeasibility). Principiologia da Hermenêutica Jurídica.

Conteúdo Programático 3: Hermenêutica Filosófica: origem, Escolas e conceito de Hermenêutica. A origem da Hermenêutica. A Hermenêutica de Friedrich Schleiermacher. A Hermenêutica de Wilhelm Dilthey. A Hermenêutica de Martin Heidegger. A Hermenêutica de Hans-Georg Gadamer. A Hermenêutica de Michel Foucault. A Hermenêutica de Paul Ricoeur. A Hermenêutica de Jürgen Habermas.

Bibliografia Básica:

SOARES, R. M. F. Hermenêutica e interpretação jurídica. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

LENZA, P. Direito constitucional esquematizado. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MARTINS, F. Curso de direito constitucional. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

Bibliografia Complementar:

SOARES, Ricardo Maurício Freire. Hermenêutica e interpretação jurídica. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. Parte II, Cap. 5 “Pós-positivismo e a interpretação do direito principiológico” (inteiro) e Cap. 6 “A principilogia como norte hermenêutico” (inteiro).

REALE, Miguel. Lições preliminares do Direito. 27. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. Cap. XXII “Integração e aplicação do direito”, itens 1 e 2 (inteiros).

13. Infraestrutura Física e Pedagógica

O aluno encontrará todo o conteúdo do curso e assistirá às aulas gravadas no ambiente virtual. Para assistir às aulas é fundamental que as especificações abaixo sejam obedecidas, possibilitando, assim, uma recepção de maior qualidade dos vídeos.

Hardware:

Processador Intel Core 2 Duo ou superior.

2Gb de Memória RAM.

Placa de vídeo com resolução 1024x768, qualidade de cor 32 bit e compatível com Microsoft DirectShow.

Microsoft DirectX 9.0c ou posterior.

Software:

Navegador: Firefox, Google Chrome, Internet Explorer (sempre atualizado).

Sistema Operacional: Windows XP ou posterior.

Adobe Flash Player (atualizado).

Plugin de vídeos SilverLigth (atualizado)

Rede:

Conexão com a Internet banda larga de no mínimo 2 MB.





